Isenções - IPTU

Ex-combatente (2ª Guerra Mundial)

É obrigatório apresentar requerimento original, preenchido, assinado e, preferencialmente, também digitalizado. DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG) E CPF DO REQUERENTE E obrigatório apresentar o original e, preferencialmente, também o arquivo digital da carteira de identidade e CPF do requerente. PROCURAÇÃO E DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG) E CPF DO PROCURADOR É obrigatório apresentar o original e, preferencialmente, também o arquivo digital da procuração, caso o requerente não seja o proprietário ou detentor de posse do imóvel, e do documento de identidade e CPF do procurador. É obrigatório apresentar comprovação da propriedade ou da posse do imóvel original e, preferencialmente, também o arquivo digital se o imóvel original e, preferencialmente, também o arquivo digital se o imóvel não estiver corretamente averbado (Nome/CPF do proprietário e dados do documento do registro de imóveis, se for o caso). Essa comprovação poderá ser feita através dos seguintes documentos: Matrícula do Registro de Imóveis atualizada (12 meses) e completa; escritura pública de compra e venda; contrato de compra e venda. (No caso de escritura pública de compra e venda; contrato de compra e venda, (No caso de escritura)
PROCURAÇÃO E DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG) E CPF DO PROCURADOR É obrigatório apresentar o original e, preferencialmente, também o arquivo digital da procuração, caso o requerente não seja o proprietário ou detentor de posse do imóvel, e do documento de identidade e CPF do procurador. É obrigatório apresentar comprovação da propriedade ou da posse do imóvel original e, preferencialmente, também o arquivo digital se o imóvel não estiver corretamente averbado (Nome/CPF do proprietário e dados do documento do registro de imóveis, se for o caso). DOCUMENTO DE PROPRIEDADE OU POSSE Essa comprovação poderá ser feita através dos seguintes documentos: Matrícula do Registro de Imóveis atualizada (12 meses) e completa; escritura pública de compra e venda; contrato de compra e venda. (No caso de escritura
digital da procuração, caso o requerente não seja o proprietário ou detentor de posse do imóvel, e do documento de identidade e CPF do procurador. É obrigatório apresentar comprovação da propriedade ou da posse do imóvel original e, preferencialmente, também o arquivo digital se o imóvel não estiver corretamente averbado (Nome/CPF do proprietário e dados do documento do registro de imóveis, se for o caso). DOCUMENTO DE PROPRIEDADE OU POSSE Essa comprovação poderá ser feita através dos seguintes documentos: Matrícula do Registro de Imóveis atualizada (12 meses) e completa; escritura pública de compra e venda; contrato de compra e venda. (No caso de escritura
original e, preferencialmente, também o arquivo digital se o imóvel não estiver corretamente averbado (Nome/CPF do proprietário e dados do documento do registro de imóveis, se for o caso). DOCUMENTO DE PROPRIEDADE OU POSSE Essa comprovação poderá ser feita através dos seguintes documentos: Matrícula do Registro de Imóveis atualizada (12 meses) e completa; escritura pública de compra e venda; contrato de compra e venda. (No caso de escritura
Matrícula do Registro de Imóveis atualizada (12 meses) e completa; escritura pública de compra e venda; contrato de compra e venda. (No caso de escritura
ou contrato, deverá ser comprovada toda a sequência de transações). Declaração de possuidor, se for o caso.
DOCUMENTO QUE COMPROVE CONDIÇÃO DE EX-COMBATENTE É obrigatório apresentar o original e, preferencialmente, também o arquivo digital do Diploma da medalha de campanha ou outro documento oficial que comprove a participação do requerente na 2ª Guerra Mundial.
PLANTA OU CROQUI DAS ÁREAS CONSTRUÍDAS (MENOS APTOS) É obrigatório apresentar o original e, preferencialmente, também o arquivo digital da planta ou croqui das áreas construídas existentes no local, exceto para salas, conjuntos ou apartamentos. Como a SMF não tem equipamento para fazer a digitalização de Planta ou Croqui, o mesmo poderá ser encaminhado, digitalizado, para o e-mail atendimentofazenda@portoalegre.rs.gov.br, devendo constar no mesmo o número do processo SEI.
CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS, OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, DE TRIBUTOS MUNICIPAIS É obrigatório apresentar o original e, preferencialmente, também o arquivo digital da Certidão Geral Negativa de Débitos, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Tributos Municipais de todos os proprietários do imóvel (todos os condôminos) a ser obtido na internet: www.portoalegre.rs.gov.br/smf.
* Fica assegurado novo prazo de pagamento do Crédito Tributário, no caso de requerimento de impugnação tempestiva de lançamento, quando o mesmo for deferido ou parcialmente deferido. Não incidirá multa e juro de mora, quando o pagamento ocorrer dentro das novas datas aprazadas. * Caso ocorra o indeferimento da impugnação, incidirá multa e juro de mora a contar da data de vencimento original. Instruções de acordo com art. 163 e 164 do Decreto 16.500/2009. * A tramitação deste processo é realizada pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI. * Além da apresentação dos documentos originais, estes deverão, preferencialmente, ser apresentados também em meio digital, e se possível, em arquivo único por documento. * A apresentação em meio eletrônico é obrigatória para os pedidos, requerimentos, reclamações e recursos que contiverem mais de 25 folhas.
BASE LEGAL Art. 70, inciso XIII, LC 7/73

ATENÇÃO: Ao retornar portando a documentação completa, retirar senha para o **Atendimento Geral**.